



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2024

REGIDO PELA REGIDO PELA LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E DECRETO MUNICIPAL Nº 23, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2024.

OBJETO: “REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO, EM TODAS AS SUAS SECRETARIAS, DEPARTAMENTOS E SETORES, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS”

Anexo I – Proposta de Preços.

Anexo II – Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação conforme Art.63, inciso I da Lei 14.133/21.

Anexo III – Declarações Relativas ao artigo 63, inciso IV e §1º e artigo 68, inciso VI da Lei Federal 14.133/21.

Anexo III.1 - Declaração de adequação do estatuto à Lei Federal nº 12.690/2012e de enquadramento como cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da lei federal nº 11.488/2007(*deverá ser apresentada apenas por licitantes que sejam cooperativas.*)

Anexo IV – Compromisso de Assinatura do Termo de Ciência e Notificação.

Anexo V - Termo de Referência

Anexo VI - Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo VII - Minuta de Contrato

Anexo VIII – Declaração de renúncia de vistoria ao local da obra

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ ÀS 09:00 HORAS DE 18/06/2024

ABERTURA DE PROPOSTAS: 18/06/2024 ÀS 09:01 HORAS

INÍCIO DA FASE DE LANCES: 18/06/2024 ÀS 09:30 HORAS

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES BBMNET – www.novobbmnet.com.br

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 11.102.504,50 (Onze milhões e cento e dois mil e quinhentos e quatro reais e cinquenta centavos)

TIPO: MENOR VALOR GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ENDEREÇO:

Fone: (12) 3600-3384 - licitacoes@cruzeiro.sp.gov.br

Horário de expediente: das 08 horas às 17 horas

Rua Coronel José de Castro, nº 540 – Centro – Cruzeiro – SP.

Acesso identificado no link – www.novobbmnet.com.br



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2024

PROCESSO DE COMPRA Nº 058/2024

TIPO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS)
MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO, EM TODAS AS SUAS SECRETARIAS, DEPARTAMENTOS E SETORES, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS.

O MUNICÍPIO DE CRUZEIRO, mediante o Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados através das Portarias nº 32 e 33, de 27 de fevereiro de 2024, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR VALOR GLOBAL**, que será regido conforme o disposto na Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021 e Decreto Municipal nº 23, de 09 de fevereiro de 2024, Lei Complementar 123, de 14/12/2006, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e anexos que o integram.

1 – PREÂMBULO:

1.1 - Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e seus atos regulamentadores, do Decreto Municipal nº 23/2024, da Lei Complementar Federal 123/06 e suas alterações, de demais normas pertinentes e, subsidiariamente, os Princípios Gerais de Direito, e ainda, em conformidade com o despacho exarado pela Autoridade Competente nos autos do processo em epígrafe está aberto o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2024**, doravante denominado apenas pregão, para atendimento ao OBJETO supra, cujo critério de julgamento será o de **MENOR VALOR GLOBAL**.

1.2 - Em quaisquer das menções à Lei Federal 14.133/21, ou outras Leis Federais, Estaduais e Municipais, entende-se, neste instrumento convocatório, que estão implícitas todas as alterações e regulamentações em vigor dessas mesmas leis, independente de expressa citação neste sentido, quando da indicação do texto legal.

1.3 - O valor global estimado para a aquisição decorrente deste certame é de : **R\$ 11.102.504,50 (Onze milhões e cento e dois mil e quinhentos e quatro reais e cinquenta centavos)**

1.4 - O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações). A realização do certame em formato eletrônico atende ao disposto no art. 17, § 2º da Lei 14.133/21.

1.4.1 - O sistema de pregão eletrônico do www.novobmnet.com.br é certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil.

1.4.2 - Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro, o qual será auxiliado por equipe de apoio, ambos designados pelas Portarias vigentes, os quais serão responsáveis pela inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações Públicas” constante na página da internet do www.novobmnet.com.br.

1.4.3 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelos telefones: (12) 3600-3384 e/ou (11) 3113-1900.

2 – DO OBJETO:



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

2.1 - O presente Pregão tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO, EM TODAS AS SUAS SECRETARIAS, DEPARTAMENTOS E SETORES, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS.

2.2 – A Administração fixa a estimativa de consumo em torno de : **R\$ 11.102.504,50 (Onze milhões e cento e dois mil e quinhentos e quatro reais e cinquenta centavos)**, que serão suportados por dotação específica.

3 – DISPOSIÇÕES PREMILINARES:

3.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases através do Sistema de pregão eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

3.2 - Os trabalhos serão conduzidos por funcionários da Prefeitura do Município de Cruzeiro, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica do Sistema de Pregão Eletrônico (Licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.novobbmnet.com.br).

3.3 - Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal quanto à interpretação dos termos deste Edital poderão solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, exclusivamente por meio eletrônico via Internet conforme descrito no item 9. Os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão estendidos aos demais licitantes que manifestaram intenção de participação no processo licitatório. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando resultar alteração no edital e esta, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

3.4 - O presente edital se submete ao disposto nos artigos 42, 43, 44, 45 da LC 123/2006, que estabelecem normas relativas ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte para efeito de desempate quando verificado ao final da fase de lances(disputa de preços).

4 – DA PARTICIPAÇÃO:

4.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br.

4.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3 - Não poderão disputar esta licitação:

4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5%



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

(cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.3.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.4 - O impedimento de que trata o item 4.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.5 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.3.2 e 4.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.6 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.7 - O disposto nos itens 4.3.2 e 4.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.8 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.9 - A vedação de que trata o item 4.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

5 – DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA:

5.1 - As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma BBMNET no menu “**Sala de Disputa**”, no campo das licitações na coluna (menu) da etapa “**Aberto para receber propostas**”.

5.1.1 O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando “enviar proposta”.

5.1.2 O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.

5.1.3 O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma BBMNET Licitações.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta.

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.10 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.11 Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.

5.12 Independente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

5.13 Quando for exigido pelo Pregoeiro, o licitante deverá preencher a ficha técnica do produto ou serviços, juntamente com as informações adicionais. A ficha técnica, quando obrigatória, será enviada através de comando próprio disponível no Sistema ao licitante.

5.13.1 O licitante não poderá em hipótese nenhuma se identificar na ficha técnica, sob pena de desclassificação..

6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a etapa de abertura da sessão pública,

6.3 Quando autorizado e devidamente justificado pelo pregoeiro, os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente inserida no sistema durante a fase de análise de propostas.

6.3.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.3.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.

6.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.7 O lance deverá ser ofertado pelo **valor global**.

6.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.9 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

6.10 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$1.000,00 (um mil reais)**.

6.11 Nos termos do Inciso I do artigo 56 da Lei 14.133/21, será adotado o modo de disputa aberto, o qual terá etapa de lances com duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública. A prorrogação automática da etapa de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários. Não havendo novos lances no período de prorrogação a etapa de lances encerrar-se-á automaticamente; o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, na situação prevista pelo § 4º do artigo 56 da Lei 14.133/21.

6.11.1 A situação prevista no item anterior e no § 4º do artigo 56 da Lei 14.133/21 se destina apenas a definir as posições posteriores a proposta melhor classificada, ou seja, nessa situação não serão admitidos lances menores do que o valor da proposta melhor classificada. Os demais licitantes poderão formular outros lances, inclusive intermediários entre si.

7 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

7.1 – Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, em que será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de **02 (duas) horas**, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado. A critério do Pregoeiro, desde que haja manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial, o prazo poderá ser prorrogado.

7.1.1 - Na hipótese de necessidade de envio de informações complementares, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de até **02 (duas) horas**, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

7.2 - O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante, se houver;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.3 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06.

7.4 - Os “Documentos para Habilitação” deverão conter os documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

7.5 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais.
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b” deste subitem.
- d) Ato Constitutivo atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- f) Em se tratando de sociedade cooperativa: ato constitutivo e estatuto atualizado e registrado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971; Prova de cumprimento da legislação brasileira relativa à autorização para funcionamento no País (somente para empresas estrangeiras já estabelecidas no Brasil), mediante apresentação de Decreto de Autorização e ata de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir

7.6 – REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), com situação cadastral atualizada.
- b) Prova de regularidade para com o Município (mobiliário) da sede e em nome da empresa licitante.
- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual (certidão negativa de débitos inscritos na dívida ativa, apenas ICMS).
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União).
- e) Prova de regularidade perante o FGTS, através de certidão em vigor expedida pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular quanto aos recolhimentos (Lei Federal 8036/90).
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da respectiva certidão negativa (CNDT), dentro de sua validade, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, conforme Lei Federal 12440/11, aceitando-se também certidão positiva com efeito de negativa.
- g) **DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** (Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte):



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

g.1 – Caso as propostas apresentadas por ME e EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço, lhes será assegurada preferência de contratação, situação denominada de empate.

g.2 – A ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

g.3 – Em caso da ME ou EPP apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, será adjudicado o objeto a seu favor (LC 123/06, artigo 45, I).

g.4 – Em não ocorrendo a contratação da ME ou EPP mais bem classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na Lei Complementar 123/06, na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito (art. 45, II).

g.5 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME (s) ou EPP (s) no intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta (art. 45, III).

g.6 – Na hipótese da não contratação, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (art. 45, § 1º).

7.7 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante, com prazo não superior a 90 (noventa) dias da data de sua expedição.

a.1) Nas hipóteses em que a Certidão de Recuperação Judicial ou Extrajudicial encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação / deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial / extrajudicial em vigor.

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Esta, conforme o caso apresentará autenticada, publicação do Balanço ou cópias reprográficas das páginas do Livro Diário, onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultados com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial do Estado da sede da Entidade, ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos; todos, obrigatoriamente, firmados pelo Contador e por Dirigente, qualificados, vedada a substituição por Balancetes ou Balanço provisório.

OBS: Para o Balanço Patrimonial apresentado na forma de Escrituração Contábil Digital (ECD), ao invés de ser registrado na Junta Comercial, este deverá ser entregue o recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

b.1) As microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, podendo apresentar, para efeitos de habilitação, em substituição ao balanço patrimonial, a declaração de informações socioeconômicas e fiscais – DEFIS ou documento equivalente.

c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente publicados na imprensa oficial, tratando-se de sociedades por ações.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

d) Demonstrativo de índice financeiro extraído do balanço apresentado, para fins de verificação da boa situação financeira do licitante e apresentado mediante apuração da indicação contábil:

liquidez corrente: $\frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}} = \text{ou} > 1,00$

OBS: Não serão aceitas fórmulas alternativas, em face da necessidade de uniformização, evitando, com isso, diversas interpretações. Fica reservado o direito à Prefeitura de reclassificar as contas, se necessário, de acordo com a legislação vigente.

7.8 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a.1) A licitante deverá apresentar registro ou inscrição da empresa e de seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, em sua plena validade, acompanhada dos comprovantes de quitação das taxas e anuidades.

a.2) Comprovação de possuir em seu quadro permanente, até a data da abertura das propostas, responsáveis técnicos nas áreas de engenharia civil devidamente registrado no CREA.

a.3) Entenda-se, como pertencente ao quadro permanente, o sócio, o diretor (detentor de cargo na gestão) e o empregado devidamente registrado em CTPS.

a.4) A licitante deverá apresentar atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados no órgão competente (CREA) que comprovem que o responsável técnico tenha prestado ou esteja prestando, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto ora licitado e que façam explícita referência a pelo menos as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas em edificações não residenciais, com as seguintes características mínimas:

- Operação e manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão em edificações com área mínima de 100m²;
- Operação e manutenção de instalações hidro sanitárias prediais em edificações com área construída mínima de 100m²;
- Operação e manutenção de sistema de combate a incêndio e redes de hidrantes, em edificações, com área construída mínima de 100m²;

a.5) A licitante poderá utilizar das prerrogativas contidas em lei, no caso de atestado fornecido por empresa de direito privado, para realizar diligências objetivando a verificação quanto à autenticidade, procedência e legitimidade relacionada ao referido documento para a comprovação do atendimento do objeto licitado;

b) Os atestados deverão ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade responsável pelo contrato e identificação do cargo do signatário. Não é necessário o reconhecimento de firma.

7.9 – OUTRAS COMPROVAÇÕES:

1) Declaração em atendimento ao artigo 68, inciso VI da Lei 14.133/21 no sentido de que cumpre com o disposto no inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal no que diz respeito à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendizes, a partir de quatorze anos. (**Anexo III**);

2) Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, devidamente preenchida e assinada (**Anexo II**);



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

- 3) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social. Esta declaração deverá ser apresentada por empresas que possuam no mínimo 100 (cem) empregados, nos termos do artigo 93 da Lei n. 8.213/1991. (**Anexo III**);
- 4) Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta (**Anexo III**);
- 5) Declaração de que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006. (**Anexo III.1** – Somente para cooperativas);
- 6) Declaração de compromisso formal no sentido de que, uma vez declarada adjudicatária do objeto deste certame, assinará, juntamente com esta Prefeitura Municipal de Cruzeiro e concomitante com a assinatura da avença que decorrerá do presente certame, Termo de Ciência e Notificação (**Anexo IV**).

OBS. Todas as declarações assinadas pelos proponentes deverão observar a necessidade de comprovar serem seus subscritores representantes legais da empresa, caso tais comprovações já não tenham sido apresentadas anteriormente neste processo licitatório.

OBS.2. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais.

7.10 - Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados por meio eletrônico, via Sistema NovoBBMNet.

7.10.1 - Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, será exigida a apresentação dos originais não-digitais.

7.11 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.12 - Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

7.13 - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.14 - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.15 - Os documentos adicionais exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo estipulado pelo pregoeiro.

7.16 - Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

7.16.1 - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.16.2 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.17 - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.18 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.1.9 – **Declaração de Vistoria ao local da obra**, assinada por servidor responsável pelas visitas, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. As visitas deverão ser agendadas junto ao Departamento de Obras do Município, através do telefone (12) 3600-3370 ou e-mail seos@cruzeiro.sp.gov.br e poderão ser realizadas até 72 (setenta e duas) horas antes da sessão pública de abertura das propostas, no horário das 08h às 11h e das 13h às 17h. Competirá a cada interessado, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos representantes que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta. Para os que realizarem visita será emitido atestado de visita técnica o qual deverá ser juntado à documentação de habilitação; ou

a) Declaração de Renúncia de Vistoria ao Local da Obra, formalizada e assinada pelo responsável técnico do licitante, assumindo o risco acerca das condições e peculiaridades da contratação (**Anexo VIII**).

8 – DO RECURSO:

8.1 - A interposição de recurso contra a decisão proferida pelo pregoeiro observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 - Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer das decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, devendo ser formalizada em campo específico do sistema de licitações (www.novobmmnet.com.br). O prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo (3 dias úteis), contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.3 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão.

8.4 O tempo mínimo para manifestação da intenção de recurso será de 10 (dez) minutos, podendo o pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo.

8.5 Os recursos deverão ser inseridos na plataforma de pregão eletrônico www.novobmmnet.com.br, dirigidos ao Pregoeiro, que decidirá nos termos da lei. As razões e contrarrazões deverão estar devidamente assinadas por seus representantes.

8.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9 – DOS ESCLARECIMENTOS, DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO:

9.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

9.1.1 - Os esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas na interpretação deste edital poderão ser solicitados via e-mail, no endereço licitacoes@cruzeiro.sp.gov.br, onde, no campo assunto, deverá constar “ESCLARECIMENTOS AO PREGÃO ELETRÔNICO 17/2024”, ou via plataforma de pregão eletrônico www.novobmnet.com.br.

9.1.2 - As impugnações deverão ser inseridas na plataforma de pregão eletrônico www.novobmnet.com.br e encaminhadas ao Departamento de Aquisições desta Prefeitura, através do e-mail licitacoes@cruzeiro.sp.gov.br.

9.1.3 - A resposta à impugnação será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.1.4 – Caberá ao pregoeiro receber, examinar e decidir sobre as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração dos documentos que ensejaram a formalização da demanda.

9.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9.3 - Em caso de não solicitação, pelas empresas licitantes, de esclarecimentos ou informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, posteriormente, o direito a qualquer reclamação

10 – DAS CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1 Para atendimento ao objeto desse certame licitatório será firmada Ata de Registro de Preços com as empresas vencedoras, em conformidade com a minuta apresentada na forma de Anexo VI, sendo os adjudicatários chamados via telefone ou por e-mail a celebrá-la em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do chamamento, sob pena de decair o direito ao Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal 14.133/21.

10.1.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser formalizada por meio de assinatura eletrônica e/ou digital, através de certificado digital emitido por uma Autoridade Certificadora (AC) credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), na forma da legislação vigente.

10.1.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

10.1.3 - A adjudicatária se obriga a apresentar, no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços:

a) A regularidade para com as Fazendas Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Estadual e Municipal, bem como da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), se referidos documentos apresentados por ocasião deste certame



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

licitatório já estiverem vencidos;

b) O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA – CNJ);

c) Se o adjudicatário incorrer em penalidades do artigo 156, incisos III e IV da Lei 14.133/21, as quais poderão obstar a assinatura da Ata;

d) Excepcionalmente, e com vistas a agilizar o processo, tais providências poderão ser tomadas pela Administração, via Internet, havendo a impossibilidade da obtenção dos documentos por meio eletrônico, será a adjudicatária notificada para que providencie o envio da documentação sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal 14.133/21;

10.2 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes que compõe o cadastro de reservas ou ainda aqueles remanescentes, sendo que em ambos os casos deverá ser respeitada a ordem de classificação, para a celebração da ata nas condições propostas pelo licitante vencedor.

10.3 Até a assinatura da Ata, a vencedora poderá ser desclassificada se a Prefeitura tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento, nos termos da Lei de Licitações.

10.3.1 - Ocorrendo a desclassificação da proposta da licitante vencedora por fato referido no item anterior, a Prefeitura poderá convocar as licitantes que compõe o cadastro de reservas ou aquelas remanescentes do pregão, observando o disposto no item 10.1 supra.

11 – DO TERMO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

11.1 - Para a efetiva contratação dos serviços será firmado instrumento contratual entre o órgão responsável e a empresa detentora da Ata, o qual conterà as demais obrigações da contratada..

11.2 - Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

11.3 - Na hipótese de detentor da ata não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou receber a 'Autorização de Fornecimento', a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outros licitantes que compõe o cadastro de reservas ou aqueles remanescentes do pregão, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços.

11.4 – As demais condições relacionadas à entrega estão definidas na minuta da Ata de Registro de Preços, Anexo VI e na minuta de contrato, Anexo VII deste edital

12 - DAS OBRIGAÇÕES, DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO:

12.1 – Da detentora exigir-se-á fiel cumprimento a todas as determinações do presente edital, da ata de registro de preços e seus demais anexos, em especial aquelas estabelecidas no Termo de Referência.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

12.2 - As obrigações do Órgão responsável são aquelas estabelecidas no Termo de Referência bem como na minuta da ata de registro de preços.

12.3 – As obrigações da detentora da ata bem como da contratada em futuros contratos, estão, respectivamente detalhadas no Anexo VI e VII deste edital e no Termo de Referência.

12.4 - Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, bem como na minuta da ata de registro de preços e na minuta de contrato, quando couber.

13 - DO PAGAMENTO:

13.1 - As regras acerca dos pagamentos são as estabelecidas em Termo de Referência e anexos VI e VII.

14 - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DO CANCELAMENTO DA ATA:

14.1 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

14.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o(s) detentor(es) da(s) ata(s) será(ão) convocado(s) para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

14.2.1 – O(s) Detentor(es) que não aceitar(em) reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

14.2.2 - A ordem de classificação do(s) detentor(es) que aceitar(em) reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

14.2.3 - No caso da impossibilidade de redução de preços para equiparação aos valores de mercado, será produzido ato administrativo suspendendo a eficácia do registro de preços. Tal ato poderá suspender os efeitos parciais ou totais da respectiva ata.

14.3 - Quando o preço de registrado tornar-se inferior ao preço praticado e o(s) detentor(es) da ata não puder(em) cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

14.3.1 - se constatado o desequilíbrio, liberar o detentor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

14.3.2 - convocar os demais classificados para assegurar igual oportunidade de negociação.

14.3.3 - Não havendo êxito nas negociações, proceder-se-á com a revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.4 - As regras acerca do reajustamento em sentido geral dos valores registrados em ata e em eventuais contratos estão estabelecidos no Termo de Referência e na minutas dos referidos termos, anexos a este edital.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

14.5 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

- I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5.1 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do item 14.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.5.2 - A extinção do registro de preços relativamente a um fornecedor, mesmo sendo aquele detentor da ata de registro de preços, não afeta a ata como um todo, prevalecendo o registro aos demais fornecedores.

14.5.3 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do fornecedor.

15 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

15.1 - Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

15.2 - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

15.3 - Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

15.4 - Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas no item 14.5.

16 - DAS SANCÕES:

16.1 - O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, contrato ou documento equivalente; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; não mantiver a proposta; falhar ou fraudar na execução do objeto; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, poderá sofrer as sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/21, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital e na Ata de Registro de Preços.

16.1.1 - Multa de 10,5% (dez vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato, dentro do prazo estabelecido no item 10.1; e pela apresentação de declaração de cumprimento dos requisitos (Anexo III) sem que a referida documentação esteja integralmente contida no respectivo envelope;

16.1.2 - Multa de 10,5% (dez vírgula cinco por cento) sobre a parcela não executada do ajuste decorrente deste certame; ou por material não aceito pela contratante e não substituído no prazo fixado por esta, prazo este que não excederá



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

16.1.3 - Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, por dia de atraso da obrigação não cumprida, até o trigésimo dia, configurando-se, após esse prazo, a hipótese de rescisão unilateral da avença por parte dessa Administração pela inexecução, parcial ou total, de seu objeto.

16.1.4 - O pagamento dessas multas não exige a adjudicatária da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à contratante.

16.1.5 - As multas, calculadas como acima, deverão ser recolhidas no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por esta Administração.

16.1.6 - As multas, calculadas como acima, poderão ser deduzidas, até seu valor total, de quaisquer pagamentos devidos à adjudicatária, mesmo que referentes a outras avenças, ou deduzidas de eventual garantia de contrato. Poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.

16.1.7 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.2 - As sanções, no que couber, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

16.3 - As decisões relacionadas a multas, penalidades e advertências, bem como as notificações dessas decisões, serão publicadas em diário oficial do município e encaminhadas via correios para as empresas sancionadas, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de recebimento da decisão.

17 – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

17.1 - Os serviços deverão ser executados nos locais e horários especificados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos atendendo as especificações e critérios estabelecidos no anexo V do edital (Termo de Referência e Plano Básico de Manutenção).

17.2 – A não entrega do objeto e/ou a não prestação do serviço, injustificada, no prazo solicitado, por apenas uma única vez, importará no direito da Administração convidar o segundo colocado no registro.

17.3 – A empresa contratada ficará obrigada a fornecer os produtos da mesma marca por ela indicada na proposta de preços.

17.4 – As entregas e/ou serviços em desacordo com o solicitado deverão ser corrigidos pelo proponente vencedor, dentro de 12 horas, sob pena de suspensão dos respectivos pagamentos, sendo que somente será devolvido o item considerado diverso do pedido.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 - A simples participação na presente licitação, caracterizada pela inscrição e credenciamento para participar do pregão, implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital, e de seus anexos, aos quais se submete; implica, também, no reconhecimento de que este instrumento convocatório, e seus anexos, caracterizaram perfeitamente o objeto do certame, sendo os mesmos suficientes para a exata compreensão do objeto e para seu perfeito atendimento, não cabendo,



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

posteriormente, o direito a qualquer indenização.

18.2 - A fidelidade e legitimidade de todos os documentos, informações e declarações prestadas em atendimento às normas deste instrumento editalício sujeitam-se às penas da lei. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, na rescisão do ajuste, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

18.3 - Cada proponente arcará com todos os custos diretos ou indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado deste procedimento licitatório.

18.4 - As comunicações decorrentes de eventuais recursos, bem como quaisquer outras comunicações, poderão ser disponibilizadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou ainda, dar-se-ão por meio de publicações em Diário Oficial do Município, ou ainda no site oficial desta Prefeitura, ou ainda, diretamente para cada uma das empresas participantes do certame.

18.5 - Os casos omissos serão regulados pela legislação citada em 1.1 e 1.2, sendo apreciados e decididos pelo pregoeiro ou agente de contratação, submetendo-os, conforme o caso, à apreciação da Autoridade Competente.

18.6 - Para que o interessado proceda com “vistas” ao processo, deverá apresentar requerimento por escrito, assinado por quem de direito, além de documento de identificação pessoal, sendo que nesse ato será lavrado “termo de vistas ao processo”, o qual será devidamente datado e assinado pelo interessado e pelo funcionário que o recepcionou. Vistas aos autos ocorrerão sem retirada dos mesmos das dependências da Prefeitura.

18.7 - O pregoeiro ou agente de contratação e sua Equipe de Apoio, se entenderem conveniente ou necessário, poderão utilizar-se de assessoramento técnico e específico para tomar decisões relativas ao presente certame licitatório, o qual se efetivará através de parecer formal que integrará o respectivo processo.

18.8 - As normas disciplinadoras deste pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do procedimento e dos futuros ajustes dele decorrentes.

18.8.1 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

18.9 - Em caso de dúvidas quanto à comprovação de horário de quaisquer eventos marcados para este certame licitatório, prevalecerá o horário oficial de Brasília-DF.

18.10 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.11 - Muito embora os documentos estejam apresentados de forma individualizada, todos eles se completam, sendo que cada proponente deve, para a apresentação de PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, bem como eventuais outros documentos, ao se valer do edital, inteirar-se de sua composição, tomando conhecimento, assim, das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento do certame e a formalização da contratação, de sorte que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados, ainda que não repetidos em outros.

18.12 - O pregoeiro ou agente de contratação conforme o caso poderá, no interesse da Prefeitura relevar aspectos puramente formais nas propostas e nos documentos de habilitação apresentados pelas licitantes, desde que não comprometa a lisura e



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

o caráter competitivo desta licitação.

18.13 - Integram o presente Edital:

Anexo I – Proposta de Preços.

Anexo II – Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação

Anexo III – Declarações Relativas ao artigo 63, inciso IV e §1º e artigo 68, inciso VI da Lei Federal 14.133/21.

Anexo III.1 - Declaração de adequação do estatuto à Lei Federal nº 12.690/2012 e de enquadramento como cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da lei federal nº 11.488/2007 (deverá ser apresentada apenas por licitantes que sejam cooperativas)

Anexo IV – Compromisso de Assinatura do Termo de Ciência e Notificação.

Anexo V - Termo de Referência

Anexo VI - Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo VII - Minuta de Contrato

Anexo VIII – Declaração de renúncia de vistoria ao local da obra

18.14 - Será eleito o Foro da Comarca de Cruzeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para qualquer procedimento relacionado com o processamento desse certame licitatório, assim como ao cumprimento das obrigações dele decorrentes.

Cruzeiro, 29 de maio de 2024.

PAULO CEZAR FELIX JUNIOR
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2024

ANEXO I

PROPOSTA DE PREÇOS

Proponente:		
Endereço:		
Cidade:	Estado:	CEP:
Fone ()	Fax ()	E-mail:
CNPJ:	Insc. Estadual:	

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR	
			UNITÁRIO	TOTAL
0001	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL - OFICIAL DE MANUTENÇÃO ESPECIFICAÇÃO: OFICIAL DE MANUTENÇÃO: executar serviços de manutenção corretiva e preventiva nas instalações hidráulicas, elétricas e físicas dos prédios, tais como especificados no Plano Básico de Manutenção – PBM. * OFICIAL DE MANUTENÇÃO – profissional alfabetizado, habilitado com CNH categoria AB, com experiência comprovada na área de serviços de manutenção predial e com conhecimentos avançados nas áreas de elétrica, hidráulica e infra estrutural. QUANTIDADE MÁXIMA: 630 UNIDADE DE MEDIDA: HOMEM / ANO	630		
0002	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL - AJUDANTE GERAL ESPECIFICAÇÃO: AJUDANTE GERAL: executar serviços de manutenção básica corretiva e preventiva nas instalações hidráulicas, elétricas e físicas dos prédios, sob acompanhamento e supervisão do Oficial de Manutenção. AJUDANTE GERAL - profissional alfabetizado, habilitado com CNH categoria A, com experiência em comprovada na área de trabalhos braçais, com conhecimentos básicos nas áreas de elétrica, hidráulica e infra estrutural; QUANTIDADE MÁXIMA: 1250 UNIDADE DE MEDIDA: HOMEM / ANO	1.250		
0003	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL - ENGENHEIRO (PREPOSTO) ESPECIFICAÇÃO: ENGENHEIRO: coordena e supervisiona equipes de trabalho (Oficial de Manutenção, Encarregado de Obra e Ajudante Geral), executa e fiscaliza obras e serviços técnicos, efetua vistorias, avaliações, laudos e pareceres, emite as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs quando exigidas pela Prefeitura Municipal, é o elemento de contato entre a área técnica da Prefeitura e os colaboradores da contratada. ENGENHEIRO CIVIL – profissional graduado em Engenharia Civil, devidamente inscrito no CREA, preferencialmente habilitado com CNH, que detenha conhecimentos acerca da execução de obras públicas, elaboração de boletins de medição, coordenação de equipes e pessoal, determina as diretrizes em conjunto com a administração municipal. QUANTIDADE MÁXIMA: 45 UNIDADE DE MEDIDA: HOMEM / ANO	45		
0004	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL - ENCARREGADO DE OBRA ESPECIFICAÇÃO: ENCARREGADO DE OBRA: supervisionar o Oficial de Manutenção e o Ajudante Geral quanto a leitura e execução de projetos, acompanhar o cronograma das obras e manutenções fixados pela Secretaria requisitante, acompanha as medições e evoluções das obras e serviços, sendo o profissional que tratará com o profissional engenheiro da contratada e da contratante, responsabilizando-se pelo bom andamento dos serviços nos locais onde estes devem se dar. ENCARREGADO DE OBRA – profissional alfabetizado, preferencialmente habilitado com CNH, que detenha conhecimentos intermediários acerca da rotina de obra, gerenciando e acompanhando a execução dos serviços e obras determinados pela contratante. Deverá o profissional deter conhecimentos avançados nas áreas de elétrica, hidráulica, alvenaria, serralheria, pinturas, fundações e lajes de prédios até 4 (quatro) pavimentos, leituras de projetos, mapas, croquis e memoriais descritivos, podendo socorrer-se de profissional engenheiro a depender da complexidade da obra, visando seu correto entendimento e compreensão; Quantidade máxima: 160 UNIDADE DE MEDIDA: HOMEM / ANO	160		

Validade da Proposta: mínimo 90 dias.

Declaramos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos e despesas de qualquer natureza, incidentes sobre os objetos desta proposta.

Declaramos total conhecimento e concordância dos termos do edital do pregão e dos seus anexos.

Cruzeiro, _____ de _____ de 2024.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro Estado de São Paulo

ASSINATURA E CARIMBO



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2024

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS

A empresa____, sediada na Rua (Av., Al., etc.) _____, cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário)____, portador(a) da Carteira de Identidade nº____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº____, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins de habilitação no **Pregão Eletrônico nº 17/2024**, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Cruzeiro, que preenche os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, ou seja, todos os documentos contidos no item 7 do instrumento convocatório, (*exceto no que diz respeito aos requisitos de regularidade fiscal e trabalhista, os quais deverão ser comprovados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação de eventuais certidões negativas, ou positivas com efeito de negativas)

* **DECLARA** também, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, em especial no que diz respeito ao contido no art. 4º da Lei 14.133/21, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar, não se enquadrando em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas na legislação citada.

Para que produza os efeitos legais, firmamos a presente declaração.

* **Declaração a ser realizada por ME e EPP.**

Cruzeiro, _____ de _____ de 2024

ASSINATURA E CARIMBO

OBS.: Este documento deverá ser inserido na plataforma de pregão eletrônico www.novobmmnet.com.br, e estar acompanhado de contrato social inicial e suas alterações, ou contrato social consolidado atual - conforme o caso; ou procuração pública; ou outro documento que comprove ser o subscritor representante legal da empresa.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2024

ANEXO III

DECLARAÇÕES RELATIVAS AO ARTIGO 63, INCISO IV e §1º E ARTIGO 68, INCISO VI DA LEI FEDERAL
14.133/21

DECLARAÇÃO

A empresa _____ sediada na Rua (Av., Al., etc.) _____, cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº 17/2024**, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Cruzeiro, declara que:

- A proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;
- Atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. *
- Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().**

*** Esta declaração deverá ser apresentada por empresas que possuam no mínimo 100 (cem) empregados.**

**** Em caso afirmativo, assinalar a ressalva**

Local e data

Nome e identidade do declarante

OBS.: - Este documento deverá ser inserido na plataforma de pregão eletrônico www.novobmmnet.com.br, e estar acompanhado de contrato social inicial e suas alterações, ou contrato social consolidado atual - conforme o caso; ou procuração pública; ou outro documento que comprove ser o subscritor representante legal da empresa.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2024

ANEXO III.1

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA COOPERATIVA À LEI FEDERAL Nº 12.690/2012 E ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do **Pregão Eletrônico nº 17/2024, Processo nº 058/2024, DECLARO**, sob as penas da Lei, que:

- a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- b) A cooperativa aufere Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente. *

*** Para usufruir do tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte**

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

OBS.: - Este documento deverá ser inserido na plataforma de pregão eletrônico www.novobmmnet.com.br, apenas por licitantes sob a forma de cooperativas, e deve estar acompanhado de contrato social inicial e suas alterações, ou contrato social consolidado atual - conforme caso; ou procuração pública; ou outro documento que comprove ser o subscritor representante legal da empresa.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2024

ANEXO IV

COMPROMISSO RELATIVO AO ITEM 7.9.6 DO EDITAL

A empresa _____, sediada na Rua (Av., Al., etc.) _____, cidade____, estado____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, **ASSUME O COMPROMISSO**, formal, pelo presente documento, sob as penas da lei, para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº 17/2024**, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Cruzeiro, de que, uma vez sagrando-se adjudicatária do certame, assinará, juntamente com a referida Prefeitura, e concomitante com a assinatura da avença que decorrerá do presente certame, **Termo de Ciência e Notificação**, conforme Instruções 01/2020 do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme minuta ora apresentada. Para que produza os efeitos legais, firmamos a presente declaração.

Local e data

Nome e identidade do declarante

OBS.: Este documento deverá ser inserido na plataforma de pregão eletrônico www.novobmmnet.com.br, e estar acompanhado de contrato social inicial e suas alterações, ou contrato social consolidado atual - conforme o caso; ou procuração pública; ou outro documento que comprove ser o subscritor representante legal da empresa.

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

PROCESSO N. (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S) / N° OAB/e-mail: (*) _____

Pelo Presente Termo, nós, abaixo identificados.

1. Estamos CIENTES de que:

- O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- As informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA
/INEXIGIBILIDADE DELICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSININARAM O AJUSTE**Pelo contratante:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pelo contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2024

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

1. - Do objeto

“REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO, EM TODAS AS SUAS SECRETARIAS, DEPARTAMENTOS E SETORES”, conforme abaixo descrito:

1.1. SISTEMA HIDRÁULICO / HIDROSSANITÁRIOS:

1. Rede hidráulica e sanitária;
2. Caixas d'água e cisternas;
3. Hidrômetros e sistemas de medição de consumo;
4. Demais componentes da rede.

1.2. SISTEMA ELÉTRICO DE ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA:

1. Rede elétrica de alimentação de 220/380 VAC;
2. Rede elétrica de alimentação de 110 VAC (aterrada);
3. Quadros de distribuição de força (QDF);
4. Quadros de distribuição geral (QDG);
5. Rede de iluminação interna e externa (principal e de emergência);
6. Medidores de energia;
7. Tomadas e interruptores internos e externos;
8. Luminárias internas e externas;
9. Refletores e seus conjuntos em vapor de sódio e vapor metálico;
10. Refletores e seus conjuntos em LED.

1.3. SISTEMA DE PROTEÇÃO / ATERRAMENTO:

1. Malha de aterramento.

1.4. SISTEMA DE PROTEÇÃO E ALARMES DE INCÊNDIO:

1. Rede de hidrantes;
2. Sistema de extintores manuais (efeito de inspeção).

1.5. INFRAESTRUTURA DOS PRÉDIOS:

1. Reparos e execução de pinturas de paredes internas e externas e tetos;
2. Reparos de pisos e revestimentos internos e externos;
3. Reparo e substituição de vidros de portas e janelas;
4. Reparos em paredes, muros e demais itens de alvenaria;
5. Reparos em estruturas metálicas internas e externas, incluídas esquadrias e outros serviços afetos a serralheria.

2. JUSTIFICATIVA:



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

O presente Registro de Preços para disponibilização de mão de obra especializada justifica-se na necessidade de manter e conservar os prédios públicos municipais em perfeito estado de funcionamento e usabilidade, com a realização de manutenções preventivas e corretivas dos serviços integrados às instalações prediais, instalações elétricas de alta e baixa tensão, luminárias, instalações hidrosanitárias, sistemas de combate à incêndio, caixa d'água e demais instalações físicas de pisos, forros, esquadrias, pinturas, cobertura, alamedados, pavimentação e guaritas nas dependências de todos os prédios públicos de propriedade da Prefeitura Municipal de Cruzeiro, incluídos os locados.

3. MÃO DE OBRA VINCULADA A SER DISPONIBILIZADA:

- 3.1. Para execução dos serviços poderá ser contratada a disponibilização do quantitativo estimado de mão de obra previsto no item 8 deste Termo de Referência.
- 3.2. A contratação dos profissionais, se dará mediante solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, indicando o local, a quantidade de profissionais necessários e o prazo para finalização dos serviços, conforme cláusula 4.3, podendo ainda serem contratados por outra Secretaria, desde que devidamente autorizados.

4. SERVIÇOS BÁSICOS, PERFIL, EQUIPAMENTOS, REQUISITOS DOS PROFISSIONAIS:

- 4.1. O enquadramento da categoria profissional que será empregada no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o seguinte:

- **Ajudante de Obras (CBO 5143-10)**

Descrição:

- ✓ O Ajudante de Obras desempenha um papel fundamental no suporte às atividades realizadas em canteiros de obras e ambientes de construção civil. Ele atua como auxiliar dos profissionais mais especializados, contribuindo para a realização de diversas tarefas necessárias para o andamento dos projetos de construção.

Principais Atividades:

- ✓ Auxiliar no carregamento e descarregamento de materiais de construção, como tijolos, blocos, cimento, areia, entre outros;
- ✓ Preparar argamassa, concreto e outros materiais de acordo com as instruções dos profissionais responsáveis;
- ✓ Realizar a limpeza e organização do canteiro de obras, removendo entulhos e resíduos para manter o local seguro e organizado;
- ✓ Apoiar na montagem e desmontagem de andaimes, escoramentos e outras estruturas temporárias;
- ✓ Operar pequenas ferramentas manuais, como martelos, picaretas, enxadas e pás, sob orientação;
- ✓ Transportar materiais e ferramentas dentro do canteiro de obras, facilitando o acesso aos locais de trabalho;
- ✓ Colaborar com a equipe na execução de atividades de alvenaria, pintura, instalações elétricas, hidráulicas, entre outras, conforme necessário;

- ✓ Cumprir as normas de segurança e procedimentos operacionais estabelecidos, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados.

Requisitos:

- **Ensino Fundamental completo;**
- ✓ Disposição para realizar atividades físicas que demandam esforço físico;
- ✓ Capacidade para seguir instruções e trabalhar em equipe;
- ✓ Comprometimento com as normas de segurança no trabalho;
- ✓ Preferencialmente, experiência prévia em trabalhos similares na área da construção civil.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

Equipamentos de Segurança:

- ✓ Capacete de segurança;
- ✓ Luvas de proteção;
- ✓ Botas de segurança com biqueira de aço;
- ✓ Óculos de proteção;
- ✓ Protetor auricular (se exposto a ruídos excessivos);
- ✓ Colete refletivo (em ambientes de alta movimentação de veículos);
- ✓ E outros equipamentos que se façam necessários para realização da atividade solicitada.

• **Engenheiro Civil (CBO 2142-05)**

Descrição:

- ✓ O Engenheiro Civil é um profissional com formação acadêmica em Engenharia Civil, responsável pelo planejamento, projeto, execução e supervisão de obras civis. Sua atuação abrange desde a concepção e elaboração de projetos até a coordenação de equipes de trabalho, garantindo a qualidade e segurança das construções e obras de infraestrutura.

Principais Atividades:

- ✓ Realizar estudos de viabilidade técnica e econômica de projetos de construção civil, avaliando aspectos como localização, custos, materiais e métodos construtivos;
- ✓ Elaborar e analisar projetos arquitetônicos, estruturais, hidráulicos e elétricos, considerando as normas técnicas e regulamentações vigentes;
- ✓ Coordenar o desenvolvimento de projetos complementares, como sistemas de drenagem, saneamento, paisagismo, entre outros;
- ✓ Gerenciar o cronograma de obras, definindo prazos, recursos e atividades a serem executadas em cada etapa do projeto;
- ✓ Supervisionar a execução das obras, acompanhando o cumprimento das especificações técnicas, o uso adequado de materiais e a segurança no ambiente de trabalho;
- ✓ Realizar ensaios e testes de materiais de construção, avaliando sua resistência e durabilidade;
- ✓ Manter comunicação constante com a equipe de trabalho, fornecedores, clientes e demais partes interessadas, para garantir o alinhamento e o sucesso do projeto;
- ✓ Gerenciar os custos do projeto, controlando o orçamento e realizando ajustes conforme necessário para evitar desperdícios e garantir a rentabilidade da obra;

- ✓ Garantir o cumprimento das normas de segurança e meio ambiente durante todas as fases do projeto.

Requisitos:

- ✓ Graduação em Engenharia Civil em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);
- ✓ Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da respectiva jurisdição;
- ✓ Conhecimento avançado em softwares de modelagem e desenho assistido por computador (CAD), como AutoCAD, Revit, entre outros;
- ✓ Capacidade analítica e habilidades de resolução de problemas;
- ✓ Boa comunicação e habilidades interpessoais para trabalhar em equipe e lidar com clientes e fornecedores;
- ✓ Comprometimento com os princípios éticos e a responsabilidade social na prática da engenharia.

• **Encarregado de Obras (CBO 4101-10)**

Descrição:

- ✓ O Encarregado de Obras desempenha um papel crucial na supervisão e coordenação das atividades realizadas em canteiros de obras e ambientes de construção civil. Ele é responsável por liderar equipes de trabalho, garantir o cumprimento dos prazos e padrões de qualidade estabelecidos, além de assegurar o correto andamento de todas as etapas do projeto.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

Principais Atividades:

- ✓ Gerenciar e coordenar as atividades da equipe de trabalho, distribuindo tarefas e orientando os colaboradores conforme as necessidades do projeto;
- ✓ Supervisionar a execução das obras, verificando o cumprimento das especificações técnicas, normas de segurança e padrões de qualidade estabelecidos;
- ✓ Realizar o controle de materiais e equipamentos utilizados na obra, garantindo o abastecimento adequado e evitando desperdícios;
- ✓ Acompanhar o cronograma de execução do projeto, identificando possíveis atrasos ou problemas e adotando medidas corretivas quando necessário;
- ✓ Manter comunicação constante com os demais setores envolvidos na obra, como engenheiros, arquitetos, fornecedores e clientes, reportando o andamento dos trabalhos e solucionando eventuais demandas;
- ✓ Garantir o cumprimento das normas de segurança no trabalho, promovendo ações preventivas e corretivas para evitar acidentes e garantir a integridade física dos colaboradores;
- ✓ Elaborar relatórios de acompanhamento e avaliação do desempenho da equipe, registrando o progresso das obras, custos envolvidos e eventuais imprevistos ocorridos.

Requisitos:

- ✓ Ensino Médio completo, preferencialmente com cursos técnicos em áreas relacionadas à construção civil;
- ✓ Experiência prévia comprovada em cargos de liderança ou supervisão de obras;
- ✓ Conhecimento sólido das técnicas construtivas, materiais e equipamentos utilizados na construção civil;
- ✓ Habilidade para trabalhar sob pressão e tomar decisões assertivas em situações adversas;
- ✓ Capacidade de comunicação e liderança para motivar a equipe e garantir o alcance dos objetivos estabelecidos.

Equipamentos de Segurança:

- ✓ Capacete de segurança;
- ✓ Luvas de proteção;
- ✓ Botas de segurança com biqueira de aço;
- ✓ Óculos de proteção;
- ✓ Protetor auricular (se exposto a ruídos excessivos);
- ✓ Colete refletivo (em ambientes de alta movimentação de veículos);
- ✓ Cinto de segurança (em locais elevados).

Oficiais de Manutenção sendo:

- **Eletricista (CBO 9511-05)**

Descrição:

- ✓ O Eletricista é um profissional especializado na instalação, manutenção e reparo de sistemas elétricos em diversos tipos de ambientes, como residenciais, comerciais e industriais. Sua atuação é essencial para garantir o funcionamento seguro e eficiente das instalações elétricas, seguindo normas técnicas e regulamentos de segurança.

Principais Atividades:

- ✓ Instalar, reparar e manter sistemas elétricos, incluindo fiação, circuitos, tomadas, interruptores, quadros de distribuição, luminárias e outros componentes;
- ✓ Realizar leitura e interpretação de projetos elétricos, seguindo as especificações técnicas e normas vigentes;
- ✓ Identificar e corrigir falhas, curtos-circuitos e outros problemas elétricos, utilizando instrumentos de medição e diagnóstico adequados;
- ✓ Realizar testes de funcionamento em equipamentos e sistemas elétricos, verificando a qualidade e segurança das instalações;



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

- ✓ Executar trabalhos de eletricidade predial, como instalação de iluminação, ventilação, sistemas de segurança, câmeras de vigilância, entre outros;
- ✓ Cumprir as normas de segurança no trabalho, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e seguindo procedimentos operacionais seguros;
- ✓ Manter registros atualizados das atividades realizadas, elaborando relatórios técnicos e documentando intervenções realizadas em instalações elétricas.

Requisitos:

- ✓ Formação técnica em Eletricidade ou áreas afins, ou comprovação de experiência equivalente;
- ✓ Conhecimento sólido das normas técnicas e regulamentos de segurança aplicáveis à área elétrica;
- ✓ Habilidade para interpretar projetos elétricos e diagramas de circuitos;
- ✓ Experiência prévia comprovada em instalação e manutenção elétrica;
- ✓ Capacidade de trabalhar de forma autônoma e em equipe, seguindo instruções e cumprindo prazos estabelecidos;
- ✓ Formação em cursos referentes as NR 10 e NR12.

Equipamentos de Segurança:

- ✓ Capacete de segurança com proteção para choques elétricos;
- ✓ Luvas isolantes;
- ✓ Botas de borracha isolantes;
- ✓ Óculos de proteção;
- ✓ Roupa de trabalho resistente a chamas (em certos casos);
- ✓ Protetor auricular (se exposto a ruídos excessivos);
- ✓ Tapete isolante (para trabalhos em ambientes úmidos ou molhados).

• **Pedreiro (CBO 7152-05)**

Descrição:

- ✓ O Pedreiro é um profissional da construção civil responsável pela execução de diversas atividades relacionadas à alvenaria, como construção, reparo e acabamento de estruturas e superfícies feitas de tijolos, blocos de concreto, pedras, entre outros materiais. Sua atuação é fundamental na construção de edificações residenciais, comerciais e industriais.

Principais Atividades:

- ✓ Preparar e aplicar argamassas, rebocos e concretos conforme as especificações técnicas e projetos arquitetônicos;
- ✓ Construir paredes, muros, pisos, lajes, vigas, colunas e outros elementos estruturais, utilizando tijolos, blocos cerâmicos, blocos de concreto, pedras, entre outros materiais;
- ✓ Realizar o assentamento de revestimentos cerâmicos, azulejos, porcelanatos e outros tipos de revestimentos, garantindo o nivelamento e o alinhamento das peças;
- ✓ Executar serviços de acabamento, como emboço, reboco, texturas e pintura em superfícies internas e externas;
- ✓ Efetuar cortes e ajustes em materiais de construção, utilizando ferramentas manuais e elétricas adequadas;
- ✓ Interpretar projetos arquitetônicos e seguir instruções de engenheiros e mestres de obras para garantir a correta execução dos serviços;
- ✓ Zelar pela organização e limpeza do local de trabalho, garantindo a segurança e a produtividade da equipe;
- ✓ Cumprir as normas de segurança no trabalho, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e seguindo procedimentos operacionais seguros.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

Requisitos:

- ✓ Experiência comprovada na área de construção civil, preferencialmente como pedreiro;
- ✓ Conhecimento das técnicas construtivas e dos materiais utilizados na alvenaria;
- ✓ Habilidade para utilizar ferramentas manuais e elétricas de forma segura e eficiente;
- ✓ Capacidade para trabalhar em equipe, seguir instruções e cumprir prazos estabelecidos;
- ✓ Disponibilidade para trabalhar em diferentes ambientes e em horários flexíveis, conforme a demanda da obra.

Equipamentos de Segurança:

- ✓ Capacete de segurança;
- ✓ Luvas de proteção;
- ✓ Botas de segurança com biqueira de aço;
- ✓ Óculos de proteção;
- ✓ Protetor auricular (se exposto a ruídos excessivos);
- ✓ Máscara respiratória (para evitar inalação de poeira durante o corte de materiais como concreto ou tijolos).

• **Pintor de Obras (CBO 7152-15)**

Descrição:

- ✓ O Pintor de Obras é um profissional especializado na aplicação de tintas e revestimentos em superfícies de diferentes materiais, como paredes, tetos, portas, janelas e outros elementos construtivos. Sua atuação é fundamental para garantir a estética e a proteção das estruturas, contribuindo para a durabilidade e conservação dos imóveis.

Principais Atividades:

- ✓ Preparar as superfícies a serem pintadas, realizando o lixamento, limpeza e nivelamento conforme necessário;
- ✓ Aplicar primer e seladores para melhorar a aderência da tinta e garantir um acabamento uniforme;
- ✓ Escolher e misturar corretamente as tintas, seguindo as especificações do projeto arquitetônico ou as preferências do cliente;
- ✓ Utilizar técnicas adequadas de aplicação de tintas, como rolo, pincel, pistola de pintura ou aerógrafo, conforme a necessidade e o tipo de superfície;
- ✓ Realizar trabalhos de pintura em diferentes ambientes, internos e externos, incluindo paredes, tetos, fachadas, portas, janelas, grades, entre outros;
- ✓ Executar acabamentos decorativos, como texturas, grafiatos, estucamento e efeitos especiais, conforme solicitado;
- ✓ Cumprir as normas de segurança no trabalho, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e seguindo procedimentos operacionais seguros;

- ✓ Zelar pela organização e limpeza do local de trabalho, garantindo a segurança e a qualidade dos serviços prestados.

Requisitos:

- ✓ Experiência comprovada na área de pintura de obras, preferencialmente com conhecimento em diferentes técnicas e tipos de tintas;
- ✓ Habilidade para utilizar ferramentas e equipamentos de pintura de forma segura e eficiente;
- ✓ Conhecimento das normas técnicas e de segurança aplicáveis à pintura de obras;
- ✓ Capacidade para interpretar projetos arquitetônicos e seguir instruções específicas de pintura;
- ✓ Disponibilidade para trabalhar em diferentes ambientes e em horários flexíveis, conforme a demanda da obra.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

Equipamentos de Segurança:

- ✓ Máscara respiratória (para evitar a inalação de vapores tóxicos);
- ✓ Óculos de proteção;
- ✓ Luvas de proteção;
- ✓ Roupas de trabalho adequadas;
- ✓ Touca ou boné para proteção do cabelo.

4.2. A mão-de-obra disponibilizada à medida das necessidades, conforme prévio empenho do quantitativo necessário, visando a execução de serviços em todos os prédios públicos municipais e/ou locados pela Prefeitura Municipal de Cruzeiro, conforme determinação superior da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, devendo os profissionais se locomoverem entre estes por meios próprios em veículos de propriedade da contratada.

4.3. A jornada de trabalho dos profissionais contratados pela licitante vencedora para executar as atividades relacionadas aos serviços será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda à sexta-feira, e aos sábados, quando necessário, à critério da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, excetuados os profissionais engenheiros, os quais são responsáveis técnicos pelas obras e serviços executados.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1. Disponibilizar o quantitativo de mão-de-obra solicitado, mediante prévio empenho, para executar os serviços contratados, do recebimento da ordem de serviço, informando em tempo hábil, qualquer fator impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme estabelecido.

5.2. Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à execução dos serviços, cabendo-lhe todos os pagamentos, inclusive os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência de sua condição de empregador, apresentando, mensalmente, a comprovação do recolhimento do FGTS e INSS, do pagamento do salário até o quinto dia útil seguinte ao mês vencido e da entrega de vale alimentação e vale transporte, referente à seus empregados, sem os quais não serão liberados os pagamentos das faturas/notas fiscais e medições apresentadas à CONTRATANTE para liquidação.

5.3. Exclui-se do rol de profissionais que devem figurar no quadro permanente a contratada os profissionais engenheiros, os quais poderão comprovar vínculo por meio de contrato de prestação de serviços com a contratada.

5.4. Apresentar, previamente, o currículo do empregado que será alocado para a execução dos serviços de manutenção, sendo vedada a contratação de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal da CONTRATANTE.

5.5. Empregar na execução dos serviços, profissionais devidamente qualificados pertencente ao seu quadro permanente, com situação regular, conforme prevê a legislação trabalhista, devendo apresentar a respectiva comprovação, quando solicitado pela CONTRATANTE.

5.6. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e efetuar o pagamento do salário até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, ficando sujeito à multa por dia de atraso e por empregado.

5.7. Fornecer ao seu empregado vale alimentação / refeição, vale transporte e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades, rigorosamente no prazo estipulado na legislação pertinente.

5.8. Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, na admissão e quando necessário, os exames médicos do seu empregado.

5.9. Fornecer ao seu empregado crachá de identificação e uniforme, de uso obrigatório para acesso às dependências das repartições públicas, que deverão ser previamente aprovados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, providenciando para que eles cumpram as normas internas relativas à segurança das dependências da CONTRATANTE.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

- 5.10.** Dispor de pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, greve, demissão e outros casos análogos, obedecendo as disposições da legislação trabalhista vigente.
- 5.11.** Apresentar o endereço residencial e número de telefone do profissional em atividade, comunicando, imediatamente qualquer alteração.
- 5.12.** Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade do seu empregado e apresentar relatório mensal de frequência, abatendo faltas e atrasos por ocasião da elaboração da fatura / nota fiscal / medição mensal.
- 5.13.** Atender solicitações quanto às substituições de empregados sem a devida capacidade para prestação dos serviços, no prazo máximo de 3 (três) dias.
- 5.14.** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.
- 5.15.** Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou Engenheiro (Preposto) ao CONTRATANTE e a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade.
- 5.16.** Cumprir todas as orientações e determinações da CONTRATANTE, para o fiel desempenho das atividades inerentes ao serviço contratado.
- 5.17.** Indicar formalmente, 1 (um) Engenheiro (Preposto) para gerenciar operacionalmente os empregados, com as seguintes responsabilidades, o qual não precisa figurar no quadro permanente de profissionais da contratada.
- 5.18.** Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados, nas dependências das repartições públicas municipais;
- 5.19.** Encaminhar à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos todas as faturas / notas fiscais / medições relativas aos serviços prestados;
- 5.20.** Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
- 5.21.** Cuidar da disciplina e asseio dos empregados durante a jornada de trabalho nas repartições públicas municipais;
- 5.22.** Estar sempre em contato com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a qual é responsável por meio da Diretoria de Obras, de fiscalizar a execução contratual;
- 5.23.** Controlar as horas efetivamente trabalhadas através de Cartão de Ponto ou dispositivo semelhante de controle de frequência;
- 5.24.** Emitir relatório mensal com base nos registros constantes do controlador de ponto, em subsídio à medição mensal, que deverá compor a fatura / nota fiscal / medição mensal que deverá compor a fatura.
- 5.25.** Controlar o efetivo horário de entrada, intervalos e saída dos funcionários a serem contratados, por meio de cartão de ponto ou dispositivo semelhante de controle de frequência;
- 5.26.** Executar os serviços com sigilo eventualmente necessário à segurança dos envolvidos e terceiros, especialmente quanto a formas de acesso aos interiores dos prédios, equipamentos existentes em seus interiores e demais situações correlatas que imponham a necessidade de discrição e sigilo;
- 5.27.** Providenciar, sempre que necessário, a manutenção corretiva de equipamentos para a solução de problemas que acarretem a suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade de serviços;
- 5.28.** Cumprir as determinações formais e as instruções complementares da FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO;
- 5.29.** Cumprir os prazos previamente estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO para a execução dos serviços;
- 5.30.** Substituir imediatamente o empregado que tenha conduta inconveniente, indecorosa ou incompatível com as suas atribuições;
- 5.31.** Cumprir o horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO quanto a disponibilidade de pessoal, e execução dos serviços de manutenção;



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

- 5-32.** Quando do início das atividades laborais de novo empregado, deverá a CONTRATADA apresentar a CTPS devidamente assinada;
- 5-33.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, solucionando de imediato todas as reclamações e incorreções relacionadas aos serviços de manutenção executados;
- 5-34.** Não transferir o contrato, no todo ou em parte, independentemente de previsão legal, salvo os casos de incorporação ou sucessão empresarial, nos termos da Lei, ou quando autorizada judicialmente;
- 5-35.** Poderá a CONTRATADA subcontratar parcialmente a execução pontual de manutenções e serviços necessários, como em equipamentos de ar-condicionado, a qual deverá ser comprovada por meio de Nota Fiscal emitida pelo subcontratado à CONTRATADA, devendo esta ser anexada na fatura / nota fiscal / medição a ser entregue à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- 5-36.** Manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da realização do certame;
- 5-37.** As peças e materiais necessários para a reposição e/ou fornecimento deverão ser fornecidas exclusivamente pela Secretaria Requisitante do serviço, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 5-38.** A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato um responsável técnico na área de engenharia civil, registrado no CREA, o qual emitirá, mensalmente, relatórios técnicos dos reparos e serviços prestados, bem como informará de possíveis riscos e problemas identificados.
- 5-39.** A CONTRATADA deverá fornecer mão-de-obra que possua conhecimento técnico específico para a realização dos serviços de manutenção necessário, devendo, substituí-la no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), caso seja constatada a inabilidade do profissional.
- 5-40.** Cumprir o prazo de até 8 (oito) horas para o atendimento das Ordens de Serviços, sendo que em casos excepcionais os prazos poderão ser diminuídos, desde que devidamente aprovados e justificados pela FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO na Ordem de Serviço.
- 5-41.** A CONTRATADA deverá prover e disponibilizar todas as ferramentas e itens necessários para a execução dos serviços, conforme descrito **no item 4**, sem ônus para a CONTRATANTE, devendo dispor minimamente de:
- 5-42.** Veículo para deslocamento dos profissionais contratados entre os diversos prédios e setores da Prefeitura Municipal;
- 5-43.** Mala de ferramentas completa, contendo chaves, alicates, limas, trenas, furadeiras, lixadeira,
- 5-44.** marreta, ponteiras, martelos e etc.;
- 5-45.** Andaimos, escadas e cordas;
- 5-46.** Equipamentos de Proteção Individual - EPI completos, para todos os profissionais, incluindo-se
- 5-47.** uniformes, capacetes, botas com biqueira de aço etc.
- 5-48.** Ferramentas pesadas como enxadas, picaretas, enxadões, pás, marretas pesadas, cavadeiras e etc.
- 5-49.** Declaração de que compareceu na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e tomou conhecimento sobre os serviços que serão prestados e as condições em que serão executados, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldades não previstas;
- 5-50.** Declaração de que possui em Cruzeiro/SP, sede, filial da empresa ou oficina de apoio fixa ou móvel, com instalações, aparelhamento e ferramental adequado e disponível para as execuções exigidas no presente Termo de Referência, sendo que, a critério da Prefeitura Municipal de Cruzeiro, as instalações estarão sujeitas à vistoria técnica.

6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 6.1.** Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, mediante a apresentação da Fatura / Nota Fiscal / Medição, devidamente atestada, conforme o estabelecido neste Termo de Referência e Plano Básico de Manutenção.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

- 6.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por um representante designado, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, devendo rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato, não eximindo a CONTRATADA de total responsabilidade quanto à execução dos serviços.
- 6.3. Notificar, por escrito, à Contratada, sobre ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

7. ESTIMATIVA DE MÃO-DE-OBRA VINCULADA:

Estima-se a seguinte demanda mensal, que somente será utilizada, mediante emissão de ordem de serviço específica:

SERVIÇO/M.D.O.	QUANTIDADE (HOMEM / ANO)	LOTAÇÃO
<p>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL - OFICIAL DE MANUTENÇÃO</p> <p>OFICIAL DE MANUTENÇÃO: executar serviços de manutenção corretiva e preventiva nas instalações hidráulicas, elétricas e físicas dos prédios, tais como especificados no Plano Básico de Manutenção – PBM. * OFICIAL DE MANUTENÇÃO – profissional alfabetizado, habilitado com CNH categoria AB, com experiência comprovada na área de serviços de manutenção predial e com conhecimentos avançados nas áreas de elétrica, hidráulica e infra estrutural.</p> <p>QUANTIDADE MAXIMA: 630</p>	630	Volante



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

<p>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL - AJUDANTE GERAL</p> <p>AJUDANTE GERAL: executar serviços de manutenção básica corretiva e preventiva nas instalações hidráulicas, elétricas e físicas dos prédios, sob acompanhamento e supervisão do Oficial de Manutenção. AJUDANTE GERAL - profissional alfabetizado, habilitado com CNH categoria A, com experiência comprovada na área de trabalhos braçais, com conhecimentos básicos nas áreas de elétrica, hidráulica e infra-estrutural; QUANTIDADE MAXIMA: 1250</p>	1.250	Volante
<p>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL - ENGENHEIRO (PREPOSTO)</p> <p>ENGENHEIRO: coordenar e supervisionar equipes de trabalho (Oficial de Manutenção, Encarregado de Obra e Ajudante Geral), executar e fiscalizar obras e serviços técnicos, efetuar vistorias, avaliações, laudos e pareceres, emitir as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs quando exigidas pela Prefeitura Municipal, é o elemento de contato entre a área técnica da Prefeitura e os colaboradores da contratada. ENGENHEIRO CIVIL – profissional graduado em Engenharia Civil, devidamente inscrito no CREA, preferencialmente habilitado com CNH, que detenha conhecimentos acerca da execução de obras públicas, elaboração de boletins de medição, coordenação de equipes e pessoal, determinar as diretrizes em conjunto com a administração municipal. QUANTIDADE MAXIMA: 45</p>	45	Volante



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

<p>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL - ENCARREGADO DE OBRA</p> <p>ENCARREGADO DE OBRA: supervisionar o Oficial de Manutenção e o Ajudante Geral quanto a leitura e execução de projetos, acompanhar o cronograma das obras e manutenções fixados pela Secretaria requisitante, acompanha as medições e evoluções das obras e serviços, sendo o profissional que tratará com o profissional engenheiro da contratada e da contratante, responsabilizando-se pelo bom andamento dos serviços nos locais onde estes devem se dar.</p> <p>ENCARREGADO DE OBRA – profissional alfabetizado, preferencialmente habilitado com CNH, que detenha conhecimentos intermediários acerca da rotina de obra, gerenciando e acompanhando a execução dos serviços e obras determinados pela contratante. Deverá o profissional deter conhecimentos avançados nas áreas de elétrica, hidráulica, alvenaria, serralheria, pinturas, fundações e lajes de prédios até 4 (quatro) pavimentos, leituras de projetos, mapas, croquis e memoriais descritivos, podendo socorrer-se de profissional engenheiro a depender da complexidade da obra, visando seu correto entendimento e compreensão;</p> <p>Quantidade máxima: 160</p>	160	Volante
--	-----	---------



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

8. ESTIMATIVA DE VALORES:

Os valores estimados da contratação estão previstos na ordem anual de **R\$ 11.102.504,50** (onze milhões e centoe dois mil e quinhentos e quatro reais e cinquenta centavos), conforme planilha estimativa abaixo:

8.1. DO MODELO DE COTAÇÃO DE PREÇOS E ESTIMATIVA DE VALORES:

ITEM	SERVIÇO/M.D.O.	QTDE. TOTAL MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO EM R\$ / MÊS	VALOR TOTAL EM R\$ / ANO
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL - OFICIAL DE MANUTENÇÃO	630	R\$ 5.468,65	R\$ 3.445.249,50
02	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL - AJUDANTE GERAL	1.250	R\$ 4.473,86	R\$ 5.592.325,00
03	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL - ENGENHEIRO (PREPOSTO)	45	R\$ 16.674,64	R\$ 750.358,80
04	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL - ENCARREGADO DE OBRA	160	R\$ 8.216,07	R\$ 1.314.571,20
TOTAL ANUAL				R\$ 11.102.504,50

Obs: Os valores apresentados para os itens 1, 2, 3, e 4 deverão conter todos os custos trabalhistas contidos no item 5.2 do Termo de Referência e demais obrigações legais, levando em consideração os valores atualizados conforme convenção coletiva vigente à época da apresentação da proposta.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

9. DA FORMA E DO CRITÉRIO DE CONTRATAÇÃO:

- 9.1. A contratação/disponibilização do(s) profissional(is) especializados deverá se dar mediante prévio empenho, o qual será precedido de solicitação de empenho, descrevendo o quantitativo de profissionais pretendidos estar informado, sendo os valores unitários por item correspondentes a disponibilização de pessoal pelo prazo de 1 (um) mês.
- 9.2. Disponibilizada a mão-de-obra especializada por meio de empenho, os profissionais ficarão, pelo período mínimo de 1 (um) mês à disposição da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a qual determinará os serviços a serem executados, bem como os locais onde se darão as prestações destes.
- 9.3. Ao final do período, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal correspondente ao período em que a mão-de-obra ficou disponibilizada, podendo, a critério da administração, ser realizado empenho por tempo superior ao mensal, desde que previamente empenhado os respectivos valores.

10. DA FISCALIZAÇÃO DO AJUSTE:

- 10.1. O ajuste decorrente do presente Termo de Referência deverá se dar pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, tendo como fiscal o Eng. LUÍS OTÁVIO DIAS BERNARDES, Engenheiro Civil desta Pasta, Matrícula n. 200.24.
- 10.2. No caso de adesão à Ata de Registro de Preços por outra Pasta diversa, a fiscalização deverá ser exercida, obrigatoriamente, pelo Secretário da Pasta contratante, podendo ser auxiliado tecnicamente pela área de engenharia desta Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

11. DA VISITA TÉCNICA / VISTORIA TÉCNICA PRÉVIA A REALIZAÇÃO DO CERTAME:

- 11.1. Os interessados, através de seu representante legal ou responsável técnico, deverão agendar previamente à licitação, até 72 (setenta e duas) horas antes da sessão pública de abertura das propostas, a vistoria ao local das obras, a ser efetuada com o acompanhamento de servidor designado, o qual emitirá o atestado de visita. O agendamento deverá ser efetuado com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da visita.
- 11.2. O interessado deverá encaminhar e-mail solicitando a visita técnica para o endereço eletrônico **seos@cruzeiro.sp.gov.br**, de preferência já informando a disponibilidade de data e hora para realização da vistoria ou realizar ligação através do telefone (12) 3600- 3370. O servidor designado para acompanhamento da visita técnica, mediante data e hora sugerida, será informado em resposta ao e-mail enviado ou na ligação.
- 11.3. A Visita Técnica / Vistoria Técnica Prévia se dará por amostragem, na medida em que há impossibilidade de ordem temporal para a realização de vistoria em todos os prédios públicos, devendo ser priorizados pela administração os prédios em piores condições de conservação em razão da sua idade ou acessibilidade.
- 11.4. Qualquer interessado em participar do certame, deverá apresentar Declaração de Vistoria ao local da obra, assinada por servidor responsável pelas visitas, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, atestando e certificando o prévio conhecimento do interessado na atual condição dos prédios públicos municipais e as condições nas quais a prestação dos serviços se dará. Competirá a cada interessado, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos representantes que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta. Para os que realizarem visita será emitido atestado de visita técnica o qual deverá ser juntado à documentação de habilitação; ou
 - a) Declaração de Renúncia de Vistoria ao Local da Obra, formalizada e assinada pelo responsável técnico do licitante, assumindo o risco acerca das condições e peculiaridades da contratação (**Anexo VIII**).

12. DO ACERVO TÉCNICO PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME:

- 12.1. A empresa interessada deverá possuir registro ou inscrição na entidade profissional competente, com validade na data limite do certame, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais.
- 12.2. Os interessados deverão apresentar atestado(s) de capacidade técnica operacional, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente (CREA ou CAU), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório(s) do desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

- 12.3.** Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data de apresentação dos documentos de habilitação, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes.

13. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS EXECUTADOS:

- 13.1.** O DETENTOR deverá oferecer garantia mínima de 90 (noventa) dias dos serviços executados, ainda que tenham utilizados produtos ou materiais fornecidos pela administração.
- 13.2.** Quando o DETENTOR constatar que o produto ou material fornecido pela administração para execução dos serviços não atende os critérios mínimos de qualidade e segurança, deverá recusar a execução dos serviços, na medida em que, os aceitando, ficará obrigado a garantir os serviços executados, ainda que decorra da qualidade do material ou produto aplicado.
- 13.3.** No caso do DETENTOR executar os serviços com o emprego dos produtos ou materiais fornecidos pela administração, quando acionada a garantia prevista neste item, deverá para o refazimento dos serviços, fornecer o produto ou material necessário à reexecução dos serviços, não podendo a administração ser onerada com novo fornecimento.

14. VIGÊNCIA CONTRATUAL:

- 14.1.** Deverá seguir o que diz o Art. 84 da Lei 14133/21, que estipula o prazo de vigência da ata de registro de preços em 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovado o preço vantajoso.

Cruzeiro/SP, 07 de março de 2024

Eng. LUIS OTÁVIO DIAS
BERNARDES
Engenheiro Civil – Matrícula 20024

Eng. PAULO CÉZAR FÉLIX JÚNIOR
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

ANEXO I- B- PLANO BÁSICO DE MANUTENÇÃO

1. DAS ROTINAS A SEREM ADOTADAS:

1.1. Deverão ser adotadas as rotinas de manutenção preventiva e corretiva padronizadas em todos os sistemas, instalações e equipamentos, em todos os prédios públicos da Prefeitura Municipal de Cruzeiro, inclusive os locados, conforme descrição abaixo, as quais se constituem apenas como orientação básica, prevalecendo as determinações e orientações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a qual supervisionará, nos termos do Termo de Referência a execução dos serviços contratados.

2. DAS DEFINIÇÕES DO TIPO DE MANUTENÇÃO:

2.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Serviços de caráter permanente, que obedecem a uma programação previamente estabelecida, apresentada em cronograma físico devidamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, cujas etapas são cumpridas obedecendo a uma periodicidade pré-determinada.

2.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA: Serviços esporádicos, ausentes de programação prévia, a serem executados em caráter eventual e/ou especial, devidamente apontado pela FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO e aprovado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, os quais não se confundem com a Manutenção Preventiva, a qual é previamente estabelecida, sendo a Corretiva decorrente de acontecimentos imprevisíveis, conforme rol exemplificativo constante no item subsequente.

2.3. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO: MENSALMENTE:

1. Verificação de lâmpadas, luminárias e reatores quanto a ocorrência de lâmpadas queimadas ou com operação insuficiente;
2. Teste de corrente e verificação de tomadas;
3. Verificação de interruptores das lâmpadas quanto as condições de funcionamento;
4. Verificação dos disjuntores termomagnéticos quanto ao seu funcionamento;
5. Verificação de eventual aquecimento dos cabos de alimentação e distribuição;
6. Limpeza interna (quando possível) e externa dos quadros de luz e força com ar comprimido;
7. Limpeza das lâmpadas e luminárias quando necessário;
8. Reaperto de parafusos de fixação de luminárias e dos quadros de distribuição, quando necessário;
9. Verificação de funcionamento das lâmpadas de emergência, quando houver;
10. Limpeza do barramento dos quadros com ar comprimido, quando necessário.

MANUTENÇÃO CORRETIVA:

1. Substituição de lâmpadas e reatores queimados;
2. Substituição de luminárias quando necessário e autorizado;
3. Substituição de disjuntores defeituosos;
4. Reparos nos sistemas e circuitos elétricos;
5. Reparos em bombas hidráulicas;
6. Substituição de bombas hidráulicas quando necessário;
7. Reparos nos equipamentos elétricos e hidráulicos;
8. Substituição de equipamentos hidráulicos;
9. Reparos e substituições elétricas e hidráulicas em geral.
10. Verificar o estado das ferragens e louças em todos os sanitários e trocar as danificadas, quando autorizado;
11. Verificar a existência de vazamentos nos registros e torneiras internas e externas;
12. Sanar todas as avarias encontradas nos sistemas;
13. Verificação da existência de sujeira nas calhas, ralos, telhados e limpá-los;



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

TRIMESTRALMENTE:

1. Percorrer todos os pontos de visita da rede esgoto e águas pluviais e limpá-los, quando necessário;
2. Percorrer todas as caixas de inspeção da rede esgoto e águas pluviais e limpá-las;
3. Limpar a caixa geral de esgotos;
4. Percorrer todas as caixas de gordura e limpá-las;
5. Percorrer todos os bueiros de águas pluviais e limpá-los.

MANUTENÇÃO CORRETIVA:

1. Reparo nas bombas hidráulicas;
2. Substituição de peças e componentes hidráulicos;
3. Desentupir e substituir ralos e vasos quando necessário;
4. Substituição e reparo nas válvulas de descarga de vasos e mictórios;
5. Esgotamento e limpeza das caixas d'água aéreas e subterrâneas, no mínimo semestralmente;
6. Eliminar os vazamentos existentes nos registros, conexões, torneiras, válvulas de descarga e tubulações.

3. . DISPOSIÇÕES GERAIS QUANTO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA:

- 3.1. O rol de atividades descrito neste Plano Básico de Manutenção é apenas exemplificativo, não exaustivo, podendo ser modificado a qualquer tempo, desde que não haja exigências de atividades não previstas no Termo de Referência dos serviços, o qual é parte integrante do Edital e Contrato;
- 3.2. Todo os serviços de reforma preventiva e corretiva dos prédios públicos consistentes em substituição de telhas, pinturas, construção de paredes, demolição de outras e demais serviços poderão ser executados, desde que a Secretaria ordenadora da despesa evidencie a economicidade pela utilização do presente ajuste em detrimento a realização de certame específico para tanto;
- 3.3. Os serviços de manutenção corretiva e preventiva consistentes na execução de reparos em telhados, paredes de alvenaria e pinturas serão executados nos termos de referência, por determinação, orientação e supervisão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e/ou pela Secretaria Municipal ordenadora e executora da despesa.

Cruzeiro/SP, 07 de março de 2024

Eng. LUÍS OTÁVIO DIAS BERNARDES
Engenheiro Civil – Matrícula 20.024



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2024

ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO E A EMPRESA , PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL.

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e quatro, na Sede da Prefeitura, situada na....., Cruzeiro/SP, presentes, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.668.596/0001-01, neste ato representada pelo Sr. , Prefeito Municipal, e, de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob nº, com sede na, nº , bairro, município de/....., representada por, portador do RG , inscrito no CPF/MF sob nº , na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente DETENTORA, na qualidade de adjudicatária no **Pregão Eletrônico nº 17/2024, processo nº 058/2024**, cujo inteiro teor a DETENTORA declara expressamente, nesta avença, conhecer e aceitar, e ao qual se vinculam as partes, firmam a presente Ata de Registro de Preços, neste instrumento ora denominada apenas de ATA, de acordo com Lei Federal 14.133/2021 e seus atos regulamentadores; Lei Complementar Federal 123/06 em suas redações atuais; Decreto Municipal 23/2024; supletivamente aos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 - A presente ATA tem por objeto o registro de preços para eventual prestação de serviços de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, por um período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.2 - Consideram-se integrantes da presente ATA, como se nela estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados, os quais, neste ato, as partes declaram conhecer e aceitar:

1.2.1 - O instrumento convocatório do certame licitatório acima indicado e seus anexos, a respectiva proposta de preços, elaborada e apresentada pela DETENTORA, datada de / /2024, bem como os novos preços e condições definidos por lances e eventuais negociações conforme consignados na ata que registrou aqueles lances e negociações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, os quantitativos e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) estão relacionados em quadro resumo anexo a esta ATA.

2.2 - A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços, estabelecida na forma do item 15 do edital, consta como anexo a esta ATA.

2.3 - Os anexos citados nos subitens 2.1 e 2.2 serão partes integrantes da presente ATA, como se nela estivessem transcritos.

CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1 - O órgão gerenciador da Ata será Prefeitura Municipal de Cruzeiro



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

CLÁUSULA QUARTA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Por força do § 3º do artigo 86 da Lei 14.133, de 2021 fica vedada a utilização da ata de registro de preços, gerenciada pela Administração Pública municipal, por órgãos ou entidades não participantes, com exceção dos órgãos pertencentes a Administração Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA DA ATA E DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

5.1 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por até mais 1 (um) ano, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2 – Para a comprovação da vantajosidade a que se refere o item anterior, deverá ser observado, no que couber, o artigo 23 da Lei Federal 14.133/21.

5.3 - Para a efetiva execução dos serviços será firmado instrumento contratual entre o órgão responsável e a empresa detentora da Ata, o qual estará devidamente acompanhado dos documentos pertinentes, bem como conterá as demais condições de execução.

5.3.3 - No momento da assinatura do contrato serão verificadas:

a) A regularidade para com as Fazendas Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Estadual e Municipal, bem como da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

b) O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA – CNJ);

b.1) Se o detentor incorre em penalidades do artigo 156, incisos III e IV da Lei 14.133/21, as quais poderão obstar a assinatura de contrato ou outro instrumento hábil.

c) Havendo a impossibilidade da obtenção dos documentos por meio eletrônico, será a detentora da ata notificada para que providencie o envio da documentação sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal 14.133/21;

CLÁUSULA SEXTA – DO REGIME E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1 - Execução indireta, através de empreitada por preço global, em base mensal, mediante medições.

6.2 – O detalhamento e todas as condições para execução dos serviços contratados serão definidos em instrumento contratual a ser assinado entre as partes, bem como no termo de referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO

7.1 - Os valores para pagamento das futuras aquisições onerarão os recursos orçamentários e financeiros que se fizerem oportunos durante a vigência da presente ATA.

7.1.1 - Serão indicados em cada contrato ou documento equivalente quais recursos orçamentários serão onerados



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

pela despesa correspondente.

7.2 – O pagamento das futuras aquisições será efetivado até o 30º (trigésimo) dia útil contado do adimplemento das obrigações previstas no edital e termo de referência, após devidamente atestada pela unidade gestora, bem como instruída com os documentos exigidos pelo ato convocatório.

7.2.1 – O pagamento será efetivado pela Tesouraria do órgão responsável através de depósito em conta bancária da DETENTORA.

7.2.2 - Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, bem como a falta do cumprimento de alguma das obrigações previstas no item 7.2, fica interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização.

7.2.3 - O pagamento de parcelas com eventual atraso será corrigido pela variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ‘pro rata tempore’.

CLÁUSULA OITAVA - REVISÃO E CANCELAMENTO

8.1 - A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 3 (três) meses, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

8.2 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3 - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original, se houver outros fornecedores para o respectivo item.

§ 3º No caso da impossibilidade de redução de preços para equiparação aos valores de mercado, caberá ao órgão gerenciador produzir ato administrativo suspendendo a eficácia do registro de preços. Tal ato poderá suspender os efeitos parciais ou totais da respectiva ata.

8.4 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – se constatado o desequilíbrio, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.5 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

§1º O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§2º A extinção do registro de preços relativamente a um fornecedor, mesmo sendo aquele detentor da ata de registro de preços, não afeta a ata como um todo, prevalecendo os registros aos demais fornecedores.

8.6 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA.

9.1 - Fornecer o objeto desta ATA nas condições previstas no instrumento convocatório e na respectiva proposta, seus anexos e valores definidos por lance e negociação.

9.2 - Manter, durante toda a execução da ATA, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.

9.3 – Aceitar os acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços ao estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4 – Demais obrigações da DETENTORA estão definidas no termo de referência e constará em contrato a ser assinado entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1 - Gerenciar a ata de registro de preços, acompanhando o consumo dos itens registrados, controlando o saldo de cada órgão participante.

10.2 - Indicar os fornecedores, sempre que solicitado, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes do Sistema de Registro de Preços.

10.3 - Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados.

10.4 - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.5 - Receber os pedidos de revisão dos preços registrados e manifestar-se sobre eles, submetendo a deliberação à autoridade competente.

10.6 - Decidir pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, bem como realizar os procedimentos necessários a comprovação da vantajosidade.

10.7 - Acompanhar a economicidade dos preços registrados, sempre que necessário à preservação do interesse público, considerados o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições econômicas específicas, tornando público o resultado desse acompanhamento.

10.8 – Nomear servidor responsável para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução da ATA, nos termos da cláusula décima quarta desta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL/ÓRGÃO PARTICIPANTE

11.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela detentora da ata, de acordo com cláusulas desta Ata de registro de preço, eventuais cláusulas contratuais, termo de referência e os termos de sua proposta.

11.2 - Formalização dos contratos administrativos específicos, no caso de órgão participante não pertencente a Administração Municipal.

11.3 – Exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4 - Notificar a detentora por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

11.5 - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11.6 - Informar ao órgão gerenciador quando o fornecedor não atender as condições estabelecidas na ata de registro de preços, bem como sobre as penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1 - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

12.1.1 - As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

12.2 – Caberá ao órgão gerenciador da ATA a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

12.3 - Caberá ao órgão participante exercitar sua competência própria no tocante à fiscalização do contrato, tendo competência para impor sanções por inexecução contratual e demais atos relacionados ao cumprimento das cláusulas contratuais. Eventuais sanções impostas pelo órgão participante deverão ser formalmente informadas ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, E DAS TOLERÂNCIAS

13.1 - Os direitos e as responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta ATA e do regime de direito público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.

13.2 - Se uma das partes, em benefício da outra, ainda que por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, de cláusulas e condições da presente ATA, seus anexos e termos aditivos, tal fato não poderá liberar, desonerar, alterar ou prejudicar estas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA NOMEAÇÃO

14.1 - Fica designado o servidor LUÍS OTÁVIO DIAS BERNARDES, Engenheiro Civil lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Matrícula n. 200.24, para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução da ATA, para fins do disposto nos incisos 29 a 31 do Decreto Municipal 23/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

15.2 - As condições gerais para a prestação dos serviços, tais como os prazos e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, bem como em contrato.

15.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração nas condições da presente ATA, em face da superveniência de normas federais, estaduais ou municipais sobre a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - As partes elegem o foro da Prefeitura, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda da presente Ata de Registro de Preços e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

PREFEITURA.....

DETENTORA
Testemunha



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2024

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO E A EMPRESA, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL. .

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e quatro, na Sede da Prefeitura, situada na,/SP, presentes, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.668.596/0001-01, neste ato representada pelo Sr.....- Prefeito Municipal, ora em diante designado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob nº , com sede na, nº, bairro, município de/SP, representada por, portador do RG, inscrito no CPF/MF sob nº , na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, na qualidade de detentora da Ata de Registro de Preços oriunda do **Pregão Eletrônico nº 17/2024, processo nº 058/2024**, cujo inteiro teor a CONTRATADA declara expressamente, nesta avença, conhecer e aceitar, e ao qual se vinculam as partes, firmam o presente contrato, em observância às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e seus atos regulamentadores; da Lei Complementar Federal 123/06 em suas redações atuais; do Decreto 23/2024; supletivamente aos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviço de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, por um período de ____ meses.

1.2 - Consideram-se integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados, os quais, neste ato, as partes declaram conhecer e aceitar:

1.2.1 - O instrumento convocatório do certame licitatório acima indicado e seus anexos, a ata de registro de preços nº , e o cronograma de entrega dos materiais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA.

2.1 - Este contrato vigorará desde sua assinatura e por todo o período de execução do objeto, até sua aceitação e respectivo pagamento, nos termos do artigo 111 da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

3.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão no presente exercício à conta da dotação orçamentária a seguir indicada:.....

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO.

4.1 - O valor total do presente contrato é de R\$ (), por conta da dotação orçamentária constante no item 3.1 supra para atender às despesas inerentes a este contrato, durante o corrente exercício.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

4.2 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias úteis, nos termos do item 5.4.2 deste contrato.

4.3 - Para fins de pagamento, na periodicidade avençada, a CONTRATADA formulará requerimento à CONTRATANTE, dando conta da parcela mensal executada, atendendo aos itens 5.4 infra e seus subitens, solicitando que seja comprovada a execução, e uma vez atestada pela fiscalização da CONTRATANTE, juntamente com a entrega completa dos documentos constantes no item 6.9 deste contrato pela CONTRATADA, iniciar-se-á o prazo para emissão da Nota Fiscal e para pagamento da parcela correspondente, não cabendo qualquer reajuste financeiro.

4.4 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.6 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, o prazo para pagamento ficará sobrestado até que a Contratada regularize o erro.

4.6 - A CONTRATANTE reterá, quando for o caso, dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA, percentual equivalente a 11% (onze por cento) do valor bruto dos serviços realizados e constantes da Nota Fiscal/Fatura ou Recibo de Prestação de Serviços, nos termos da Lei Federal 9711/98 e Instrução Normativa SRP 3/2008, alterada pela IN RFB 971/2009 publicada em 17/11/09.

4.7 - O pagamento de parcelas com eventual atraso será corrigido pela variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, 'pro rata tempore'.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.

5.1 – O início da execução do objeto ocorrerá a partir da data de assinatura de contrato, observando o que dispõe o Termo de Referência, e o prazo de execução será por um período de () meses. Eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados, antes do vencimento dos prazos, devidamente justificados pela CONTRATADA, para serem submetidos à apreciação da unidade gestora, à qual será a responsável e competente para analisar, avaliar e decidir fundamentadamente sobre o acolhimento ou não dos argumentos apresentados pela CONTRATADA.

5.1.1 - Os pedidos de prorrogações deverão estar acompanhados de documentos que comprovem que a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido se deu por:

- a) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução previstas na Autorização de Fornecimento;
- b) Impedimento de execução do prazo por fato ou ato de terceiro contemporâneo à sua ocorrência.

5.1.2 - Na análise da documentação apresentada, poderá o órgão gestor solicitar novos documentos, se necessário, e/ou diligenciar junto à sites ou outros meios.

5.1.3 - Pedidos de prorrogação de prazo apresentados após o vencimento do prazo ou que não estiverem acompanhados de documentos solicitados acima serão indeferidos de plano.

5.1.4 - A apresentação de um pedido de prorrogação do prazo, por si só, não suspende nem interrompe a contagem do prazo de entrega.

5.2 – Os serviços objeto deste contrato deverão ser prestados na, sito a, n.º. -, /SP – CEP.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

5.3 - As medições para efeito do pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

5.4 - Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, bem como da documentação exigida no item 4.3, a Fiscalização atestará a medição, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizará a emissão da correspondente fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados;

5.4.1 - As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA, contra o CONTRATANTE, e apresentadas para a Fiscalização.

5.4.2 - A Fiscalização emitirá o Atestado de Realização dos Serviços em até 3 (três) dias contados a partir do recebimento da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

5.4.3- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias úteis contados da data de emissão dos Atestados de Realização dos Serviços, em conta corrente da CONTRATADA, em conformidade com os serviços executados, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura.

5.5 – O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.5.1 – O prazo para recebimento provisório será de até 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação escrita pela CONTRATADA, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, na forma expressa pela alínea ‘a’, inciso I, artigo 140, da lei Federal 14.133/21.

5.5.2 - O recebimento definitivo dar-se-á por servidor ou Comissão designada pela Administração, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso de prazo de vistoria de até 90 (noventa) dias corridos, que comprove a adequação do objeto às condições contratuais, na forma expressa na alínea ‘b’, da legislação supra.

5.5.3 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

5.5.4 - Se os serviços se apresentarem com defeitos, vícios de execução ou elaboração, será lavrado laudo de vistoria que relacionará as falhas encontradas, dando-se ciência oficial dos mesmos à CONTRATADA, para que proceda às correções apontadas, passando o prazo de observação a fluir novamente, até nova comunicação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1 - Executar o objeto deste contrato nas condições previstas no instrumento convocatório, seus anexos, na respectiva proposta, seus anexos e valores definidos por lances e negociação, bem como nas condições previstas na Ata de Registro de Preços assinada entre as partes, observando as orientações recebidas da CONTRATANTE, permitindo o acompanhamento e fiscalização da mesma.

6.2 - Ficar responsável pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de seus prepostos, se e quando necessárias.

6.3 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

6.4 - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunística do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato; da mesma forma que a CONTRATANTE está isenta de qualquer vínculo empregatício com funcionários, ou prepostos, da CONTRATADA.

6.5 - Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros, ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela CONTRATANTE.

6.6 - Manter durante a prestação de serviços, equipamentos de proteção individual "EPI's", necessário à segurança dos trabalhadores, quando for o caso.

6.7 - Vedar, participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica, que estejam enquadradas nos termos do artigo 14 da Lei 14.133/21.

6.8 - Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

6.9 - Fazer prova da regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como perante o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. As certidões deverão estar, em vigor na data da emissão da Nota Fiscal e deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitido e apresentado à CONTRATANTE.

6.10 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

6.10.1 - Na hipótese de qualquer Reclamação Trabalhista, intentada contra a CONTRATANTE, por empregados da CONTRATADA ou de eventuais subcontratantes estes deverão comparecer espontaneamente em juízo reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir a CONTRATANTE no processo, até final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação.

6.10.2 - O CONTRATANTE não reconhecerá qualquer vínculo ou relação jurídica com eventuais subcontratados. Qualquer contrato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa, financeira ou jurídica que decorra dos serviços prestados, será mantido exclusivamente com a CONTRATADA.

6.11 - Pagar o piso salarial, fixado pela convenção coletiva das categorias profissionais empregados na execução do objeto do presente contrato respeitando o princípio da isonomia salarial.

6.12 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique nos locais pertinentes a execução do objeto.

6.13 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

6.14 - Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.15 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

6.16 - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este contrato e termo de referência, no prazo determinado.

6.17 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

6.18 - Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência.

6.19 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6.20 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

6.20.1 – A CONTRATADA, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, deverá apresentar comprovante de cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item supra, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

6.21 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

6.22 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer alteração, conforme prevista no art. 130 da lei 14.133/21.

6.23 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

6.24 - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

6.25 - Designar preposto para representá-la durante a execução deste contrato.

6.26 - Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela Fiscalização, por meio do preposto designado, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados aos serviços contratados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a convocação. Caso não seja possível o cumprimento do prazo estipulado, devido a questões de logística, deverá ser apresentada uma justificativa e o preposto deverá comparecer no menor prazo possível perante a



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

7.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

7.2 – Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.3 - Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

7.4 - Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.5 - Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

7.5.1 - Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

7.5.2 - Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;

7.5.3 - Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

7.5.4 - Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.6 - Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

7.7 - Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

7.8 - Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE.

8.1 - Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de () meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001. Após este período, dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste pela variação do IPC-FIPE, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, ou por índice oficial que vier a substituí-lo.

8.1.1 - A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação,



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

nos termos do item supra.

8.2 - O reajuste será calculado em conformidade com a legislação vigente, e de acordo com a seguinte fórmula:

Onde:

$$R = P_0 \times \left[\left(\frac{IPC}{IPC_0} \right) - 1 \right]$$

R = parcela de reajuste;

P₀ = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC/IPC₀ = variação do IPC/FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

8.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5 – Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

8.6 - Independentemente do requerimento de reajuste, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores.

CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO E DAS SANÇÕES.

9.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no artigo 137 da Lei 14.133/21.

9.2 - A extinção do contrato, observando o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei 14.133/21, poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.3 – A CONTRATANTE terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

9.4 - A CONTRATADA se sujeita às sanções previstas nos artigos 156 da Lei Federal 14.133/21, nos termos previstos no instrumento editalício.

9.5 - A aplicação de uma das sanções não implica na exclusão de outras previstas na legislação vigente.

9.6 - O pagamento de multas não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à CONTRATANTE.

9.7 - As multas deverão ser recolhidas no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por esta Administração.

9.7.1 – Os valores relacionados à multas poderão ser deduzidos, até seu valor total, de quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA, mesmo que referentes a outras avenças, ou deduzidas de eventual garantia de contrato. Poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.

9.8 - As decisões relacionadas a multas, penalidades e advertências, bem como as notificações dessas decisões, serão publicadas em Diário Oficial do Município e encaminhadas via correios para as empresas sancionadas, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de recebimento da decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, E DAS TOLERÂNCIAS.

10.1 - Os direitos e as responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta avença e do regime de direito público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.

10.2 - Se uma das partes, em benefício da outra, ainda que por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, de cláusulas e condições do presente contrato, seus anexos e termos aditivos, tal fato não poderá liberar, desonerar, alterar ou prejudicar essas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO.

11.1 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistirão na verificação da conformidade da execução do objeto, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma do art. 117 da Lei 14.133/21.

11.1.1 – A CONTRATADA ficará obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos mesmos, facultando-lhes o livre acesso aos seus depósitos e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o objeto ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da CONTRATANTE.

11.2 - A fiscalização poderá sustar qualquer trabalho que esteja em desacordo com o disposto neste contrato.

11.3 - Fica acordado que a fiscalização não terá qualquer poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste contrato.

11.4- Cabe a fiscalização notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.5- A fiscalização se manifestará formalmente em todos os atos relativos à execução deste Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e possíveis alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1 - A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Capítulo VII da Lei Federal 14.133/21, bem como por eventuais normas regulamentadoras.

13.2 - O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro disposto na alínea “d” do inciso II do artigo 24 da Lei 14.133/21 poderá ser iniciado por requerimento da CONTRATADA ou por determinação do CONTRATANTE.

13.2.1 - Quando o pedido for iniciado por requerimento da CONTRATADA, o pedido deverá ser devidamente fundamentado, e estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito.

13.2.2 - O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato.

13.2.3 - Recebida a notificação sobre o evento de desequilíbrio, a CONTRATANTE terá 30 (trinta) dias, prorrogáveis mediante justificativa apresentada por escrito neste prazo, para apresentar resposta ao pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

13.3 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 - Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA NOMEAÇÃO

14.1 - Fica designado o servidor , responsável pelo Setor de , como gestor do contrato, para cumprimento do disposto no artigo 117, e parágrafos, da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual e nos termos das normas regulamentadoras, responsabilizando-se pelo recebimento e conferência do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO

15.1 - Aplicam-se à execução deste contrato, especialmente aos casos omissos, normas emanadas da Lei Federal 14.133/21 e seus atos regulamentadores, da Lei Complementar Federal 123/06 em sua redação atual, e, supletivamente aos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

16.1 - As partes elegem o foro da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, mutuamente obrigadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2024

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA AO LOCAL DA OBRA

A empresa _____, sediada na Rua (Av., Al., etc.) _____, cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, DECLARA, para todos os fins, especialmente para cumprimento da habilitação da licitação em referência, que RENUNCIOU a realização de visita no local onde será executada a obra, objeto da licitação em epígrafe.

Declara ainda que tem plenos conhecimentos de todas as condições da área, estando familiarizado com a natureza e vulto dos serviços, bem como informados a respeito de todas as condições locais e regionais que possam incidir no valor da proposta, assumindo toda responsabilidade e possíveis riscos que venham a acontecer devido ao desconhecimento das reais condições.

Local e data

Nome e identidade do declarante

OBS.: Este documento deverá ser inserido na plataforma www.novobmnet.com.br, e estar acompanhado de exemplar devidamente autenticado, de contrato social inicial e suas alterações, ou contrato social consolidado atual - conforme o caso; ou procuração pública; ou outro documento que comprove ser o subscritor representante legal da empresa.